



RAPIDIM

**Informativo Eletrônico do Fórum Nacional DCA
ANO 4 - Nº 4 - 15 de outubro de 2004**

Editorial: Plenária de Políticas Públicas fortaleceu sociedade civil

O Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou sua Assembléia Extraordinária, mais conhecida como Plenária de Políticas Públicas, na última semana e o principal resultado deste encontro, que reuniu por três dias representantes de entidades de todo o País, é o fortalecimento da sociedade civil. Nesta edição, apresentamos um breve panorama da Plenária. O relatório completo do evento estará disponível no site do Fórum Nacional DCA (www.forumdca.org.br), a partir da segunda quinzena de novembro.

Entre os pontos positivos da Plenária, não podemos deixar de mencionar a expressiva participação de entidades inscritas para as eleições dos representantes da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que acontecerão em 18 de novembro. Das 39 entidades inscritas para a eleição, quase 30 participaram do encontro e 23 declararam-se candidatas. Esta participação enriqueceu o debate e contribuiu para a definição de critérios políticos para a representação no Conanda.

É importante registrar também o recebimento de seis pedidos de novas filiações ao Fórum Nacional DCA durante a Plenária. As entidades Aldeias Infantis SOS, Ibiss/MS, Fundação Bento Rubião, Conaq, Federação das Associações Cristãs de Moços e Anceid (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente) manifestaram seu desejo de fazer parte desta frente de articulação e mobilização. Os pedidos serão analisados pelo secretariado nacional e posteriormente submetidos à aprovação da Assembléia Geral do Fórum.

Os fóruns estaduais também participaram e relataram suas dificuldades e avanços. Ficou patente a necessidade de fortalecimento dos fóruns para melhorar também a representatividade da sociedade civil nos conselhos estaduais. Os desafios são muitos, mas o sentimento é de que, mais uma vez, é preciso adotar uma nova postura diante dos debates e demandas do momento.

Plenária 1: Definidos critérios políticos para representação da sociedade civil no Conanda e ações para futura gestão

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

... e a necessidade de uma nova postura diante dos desafios que se apresentam. O desafio é grande e a responsabilidade é de todos. É preciso agir com coragem e determinação para superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.



O último dia da Plenária de Políticas Públicas do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi dedicado à construção coletiva de critérios e ações que fortaleçam a participação da sociedade civil no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Depois de um balanço da gestão 2003/2004 e da relação com o secretariado nacional do Fórum Nacional DCA, os participantes do encontro trabalharam na definição de subsídios que muito poderão auxiliar as organizações não governamentais inscritas para as eleições do Conanda, previstas para 18 de novembro.

A participação efetiva da entidade no Fórum Nacional DCA e no fórum estadual foi um dos critérios destacados para a representação da sociedade civil no Conanda. O entendimento do papel político do Conselho também deverá ser levado em consideração no momento da escolha dos novos representantes. Além de disponibilidade pessoal e institucional, os candidatos deverão ter compromisso com a responsabilização do estado pelas suas obrigações, em participar das reuniões prévias com o Fórum Nacional DCA e com as questões coletivas discutidas na sociedade civil.

Também foi discutida a sugestão de alternância de entidades na representação da sociedade civil no Conselho, a partir da existência de entidades que atendam aos requisitos estabelecidos durante a Plenária. Os resultados completos de toda esta discussão estão sendo sistematizados e a partir da segunda quinzena de novembro estarão disponíveis no sítio do Fórum Nacional DCA (www.forumdca.org.br).

Ações – Os participantes da Plenária relacionaram algumas ações que precisam ser reforçadas ou implementadas na nova gestão do Conanda. Entre elas:

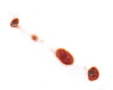
- Elaboração e aprovação de uma Política Nacional para Criança e Adolescente.
- Priorizar a criação do sistema de garantias.
- Implantação e implementação de Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares em todos os municípios brasileiros.
- Implantação e implementação do SIPIA em todos os estados brasileiros.
- Monitoramento constante do Fundo da Infância e do Adolescente (FIA), responsabilizando o poder público pela dotação orçamentária.
- Fortalecimento da relação entre Conanda e Conselhos Estaduais.
- Comunicação ágil com os Fóruns Estaduais. Implantação da Assessoria de Comunicação do Conanda. Criação de um informativo do Conanda. Atualização do sítio.

Balanço – O vice-presidente do Conanda, Fernando Silva, e os representantes das comissões temáticas de Políticas Públicas, Orçamento e Finanças, Articulação e Comunicação, Legislação e Regulamentação apresentaram aos participantes da Plenária um balanço da atuação da sociedade civil no Conselho, da relação com o governo e das ações realizadas ou em curso.

Na opinião de Fernando Silva, a sociedade civil precisa reencontrar seu ponto de crítica construtiva e sua capacidade propositiva. Os relatos apresentaram pontos de tensão na falta de diálogo com os representantes do governo, nas constantes alterações de pauta e nas tentativas de redução de espaço físico e equipe do Conselho.

Eleições – Na última quarta-feira (13), o Conanda divulgou Aviso de Habilitação com a

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several paragraphs and is mostly centered.



relação das Entidades Não Governamentais habilitadas para a eleição da representação da sociedade civil biênio 2005/2006. 39 instituições foram consideradas habilitadas (veja relação no sítio do Fórum: www.forumdca.org.br). Após um prazo de 10 dias para a apresentação de recursos, no dia 5 de novembro, será publicada a relação final das entidades aptas a participar das eleições para escolha dos representantes da sociedade civil no Conanda. Elas concorrerão a 28 vagas de representantes de entidades não governamentais (14 titulares e 14 suplentes).

Informações:

Fórum Nacional DCA - (61) 322-6444/323-6992/9982-8367 – comunicação@forumdca.org.br

Plenária 2: Conjuntura atual requer nova postura da sociedade civil

Os três palestrantes que analisaram a conjuntura política na defesa, promoção e garantia de direitos da criança e do adolescente apresentaram um quadro que requer uma nova postura da sociedade civil. Embora em alguns momentos as visões apresentadas possam parecer sombrias demais, o que chama a atenção é a necessidade de reciclagem e profissionalização da sociedade para fazer valer os direitos.

Na abertura da Plenária de Políticas Públicas, a oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Alysson Sutton, destacou a importância da reflexão sobre o novo papel da sociedade civil. Em sua fala, ela também ressaltou recentes avanços do Fórum Nacional DCA: investimento em comunicação, planejamento estratégico e monitoramento de políticas públicas.

Provocador – O professor Paulo Jorge Ribeiro, da PUC/RJ, fez uma análise inquietante e provocadora sobre o papel da sociedade civil na atual conjuntura política. Para ele, a sociedade civil tem ocupado progressivamente o papel do estado. “Estamos assistindo a retirada de temas como cidadania, pobreza e desigualdade da esfera política para o chamado terceiro setor”, criticou.

Durante o debate com os participantes do encontro, o professor Paulo Jorge deu a dimensão do tipo de postura que ele acredita ideal para os tempos de hoje na relação entre governo e sociedade civil num conselho paritário, como são os conselhos dos direitos da criança e do adolescente. “Um conselho não pode ser um espaço de conciliação, mas um campo de diálogo de pressão, com vozes diferentes no debate”, opinou.

Recomendações – Renato Roseno, coordenador da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), avaliou as considerações do Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas apresentadas no último dia 1º de outubro em relação ao relatório que o governo brasileiro apresentou, com 12 anos de atraso, na sede da Organização, em Genebra, no dia 14 de setembro, a respeito dos direitos da criança e do adolescente no país. No documento, a ONU salienta os aspectos positivos resultantes da implementação da *Convenção dos Direitos da Criança* no Brasil, mas destaca também as diversas violações de direitos ainda presentes no país.

De acordo com o Comitê, um dos principais obstáculos para a implementação da



Convenção no Brasil são as desigualdades que afetam crianças e adolescentes de acordo com sua raça, classe social, gênero ou localização geográfica. Nesse ponto, traz uma série de recomendações ao governo brasileiro para a superação dessa situação. Roseno esclareceu que as recomendações referem-se ao Estado brasileiro em todas as suas esferas: federal, estadual e municipal.

Para Roseno o Brasil recebeu muitas recomendações, cerca de 80, além de críticas pelo atraso na entrega do relatório – o documento deveria ter sido entregue há 12 anos – e pela ausência de um coordenador para todas as instâncias do País que atuam na implantação de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Roseno sugeriu que as recomendações sejam debatidas nas entidades, no parlamento e no Conanda, este último, segundo ele, deveria definir quais as recomendações que deverão ser melhor monitoradas daqui pra frente. Os próximos relatórios brasileiros deverão ser encaminhados ao Comitê da ONU até 23 de outubro de 2007. O Fórum Nacional DCA e a Anced estão buscando recursos para reproduzir o documento do Comitê. Um resumo das recomendações em português pode ser acessado no sítio da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância (www.andi.org.br).

Iniquidades – Iradj Roberto Eghari, da Ágere Cooperação em Advocacy, falou em nome da Rede de Monitoramento Amiga da Criança, que é uma união de organizações sociais nacionais e organismos internacionais com foco de atuação na infância e juventude, que tem como objetivo monitorar o cumprimento dos compromissos com a infância, assumidos pelo Estado brasileiro e pelo Presidente da República, e descritos nos documentos: "[Um mundo para as crianças](#)", produzido na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas em 2002; e "[Termo de Compromisso Presidente Amigo da Criança](#)", elaborado pela [Fundação Abrinq](#) e assinado pelo atual Presidente da República, durante a campanha eleitoral.

O palestrante destacou a preocupação da Rede Amiga com o que qualificou de iniquidades, ou seja, desigualdades que não podem mais ser toleradas. Para ele, só será possível alcançar as metas propostas quando o País conseguir produzir um ambiente de equidade para as crianças e adolescentes que valorize sua diversidade.

De acordo Iradj Eghari, a falta de dados é o maior desafio para o monitoramento das metas estabelecidas para a infância e adolescência. Ele também rebateu o argumento usado pelo governo de que é possível reduzir desigualdade somente com o investimento na área social. Todo o conteúdo do relatório "Um Brasil para as Crianças" está disponível no sítio www.redeamiga.org.br.

Secretariado – Ao final da Plenária, os integrantes do Secretariado Nacional do Fórum, Vicente Falqueto (secretário nacional), Maria de Lourdes Rodrigues (secretária adjunta), Tiana Sento-Sé (secretária de articulação) e Maria Natércia Learth (secretária de finanças), avaliaram como extremamente positivos os resultados alcançados durante os três dias de encontro. Para eles, o evento serviu para reforçar junto às entidades da sociedade civil o verdadeiro papel do Fórum Nacional DCA e de suas diretrizes gerais até o próximo ano. O mais importante, segundo a avaliação do secretariado, é que os resultados da Plenária influenciarão a eleição para os representantes da sociedade civil no Conanda, o que contribuirá para o fortalecimento do Conselho.

www.dinsedel.com

Informações:

Fórum Nacional DCA - (61) 322-6444/323-6992/9982-8367 – comunicação@forumdca.org.br

Plenária 3: Fóruns estaduais detectam necessidade de maior integração

Os fóruns estaduais dos direitos da criança e do adolescente de todo o País se reuniram no último dia 6, como prévia da participação na Plenária de Políticas Públicas. No encontro, os representantes dos fóruns detectaram a necessidade de uma maior integração regional e também com o Fórum Nacional DCA para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia.

A reunião teve como objetivo fortalecer a relação entre o Fórum Nacional e os fóruns estaduais, além da retomada dos compromissos assumidos no planejamento estratégico realizado em março. Representantes dos fóruns reivindicaram que o encontro aconteça regularmente e seja incluído na programação oficial das assembléias do Fórum Nacional DCA.

Dificuldades – Na avaliação realizada, algumas dificuldades se repetem em quase todos os estados e são crônicas. Os maiores desafios são sustentabilidade, infraestrutura, pouca interferência nas pautas dos conselhos estaduais e falta de articulação entre as organizações não governamentais. Os participantes também apontaram a intervenção dos governos estaduais na tentativa de desarticulação da sociedade civil e a falta de uma política nacional voltada para a criança e o adolescente como obstáculos.

Mas nem só de agruras vive o movimento. Em alguns estados verificou-se uma crescente retomada da articulação entre as organizações da sociedade civil e também no âmbito regional. Para alguns dos participantes do encontro, a sintonia com fóruns temáticos têm contribuído para fortalecer os fóruns estaduais. O Fórum Nacional DCA se comprometeu a continuar apoiando os fóruns estaduais na elaboração e implantação de planos de trabalho e de ação, além de estimular o intercâmbio e a integração regional.

Informações:

Fórum Nacional DCA - (61) 322-6444/323-6992/9982-8367 – comunicação@forumdca.org.br

Relator da ONU sobre a independência dos juízes e advogados visita o Brasil

Confirmada para o período de 13 a 25 de outubro a missão do relator especial da ONU sobre a independência dos juízes e dos advogados ao Brasil (veja abaixo a programação), Leandro Despouy. Organizações da sociedade civil estão articuladas para apresentar casos de violações e contribuir com o trabalho do relator, que visitará cinco capitais brasileiras.

O especialista argentino terá encontros com representantes do governo federal, governos estaduais, Ministério Público, entidades da sociedade civil e órgãos do Judiciário. Além do Distrito Federal, o relator terá encontros em São Paulo, Recife, Belém e Porto Alegre. Depois da visita, o relator fará num relatório que será apresentado em março à Comissão de Direitos Humanos da ONU.

1. The first part of the document is a list of names and addresses.

2. The second part of the document is a list of names and addresses.

3. The third part of the document is a list of names and addresses.

4. The fourth part of the document is a list of names and addresses.

5. The fifth part of the document is a list of names and addresses.

6. The sixth part of the document is a list of names and addresses.

7. The seventh part of the document is a list of names and addresses.

8. The eighth part of the document is a list of names and addresses.

9. The ninth part of the document is a list of names and addresses.

10. The tenth part of the document is a list of names and addresses.

11. The eleventh part of the document is a list of names and addresses.

12. The twelfth part of the document is a list of names and addresses.

100

100

O Programa dhINTERNACIONAL, projeto desenvolvido em parceria pelo GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, e MNDH-NE - Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional Nordeste, mobilizou entidades da sociedade civil para colaborar com o trabalho do Relator. A proposta é elaborar conjuntamente um Relatório sobre a situação de ameaça à independência dos juízes no país, o qual contaria com casos e situações relacionadas ao tema, bem como de recomendações a serem apresentadas ao relator.

O relator antecipou o desejo de dar destaque aos casos dos **grupos e categorias mais vulneráveis da sociedade**, e cujos direitos têm sido tradicionalmente desconsiderados pelo poder judiciário, em função do gênero, raça, etnia ou classe social, como índios, mulheres, gays e lésbicas, negros, trabalhadores rurais, populações de quilombolas, entre outros. Mais especificamente, o relator tem um interesse na questão da criança (tráfico de crianças, abuso e exploração comercial e pornografia infantil).

Orientações - Os casos e situações devem refletir fatos e/ou atos que, qualquer que seja o contexto, a forma e o grau, tenham ameaçado, prejudicado ou colocado em xeque o princípio de independência dos juízes, no exercício das suas funções, e que a sua entidade tenha acompanhado ou tomado conhecimento nos últimos anos.

Eles podem refletir as posições do Judiciário tanto como **vítima** de atos, prejudicando a sua independência (ataques, ameaças, pressões, execuções, etc.), quanto como **ator e responsável** por práticas que vêm ameaçando a sua independência (corrupção, conivência, incompetência, parcialidade, nepotismo, etc.).

Os relatos deverão ser apresentados de forma resumida (2 a 3 páginas), e conter, na medida do possível, as seguintes informações:

- ✓ Contexto geral do caso ou da situação;
- ✓ Local(is) e data(s) de ocorrência dos referidos fatos e/ou atos;
- ✓ Nome(s) do(s) juiz(es) envolvido(s), cargo(s), comarca e jurisdição de exercício;
- ✓ Descrição dos fatos e/ou atos caracterizando a violação ao princípio de independência do(s) juiz(es);
- ✓ Pressuposto(s) autor(es) externo(s) envolvido(s), suposto(s) motivo(s).

Programação:

13 e 14/10: Brasília
15 e 16/10: São Paulo
17 e 18/10: Porto Alegre
19 e 20/10: Recife
21 e 22/10: Belém
23 e 25/10: Brasília

Informações:



Sébastien Conan ou Rivane Arantes

Fones: (81) 3421-1149 / 3222-1596 - Fax: (81) 3421.1149

e-mail: gajopdh@uol.com.br - gajopdhi@veloxmail.com.br

Domingo é dia da Mobilização contra a Baixaria na TV

Por que mudar de canal se você pode alterar a programação? Essa é a proposta da Campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", um movimento da sociedade civil e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. No próximo **domingo (17)**, será realizada uma grande mobilização, que passará a ser conhecida como **O Dia Nacional Contra a Baixaria na TV**. Nesse dia, todos os brasileiros estão sendo convidados a fazer uma ação contra a baixaria na TV, desligando seus aparelhos durante uma hora, entre **15 e 16 horas**.

Com objetivo de estimular a sociedade a participar deste ato de protesto, das 14 às 15 horas do domingo, a TV Nacional de Brasília estará exibindo um debate ao vivo, em rede nacional, com retransmissões para emissoras públicas, estatais, legislativas, comunitárias, universitárias, e pelas rádios nacional, da Câmara e emissoras em todo o Brasil.

A qualidade da programação da televisão será o tema do debate, que contará com participação do deputado Orlando Fantazzini (PT/SP), coordenador da Campanha, e de representantes do Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Já nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiás, as entidades estarão organizando manifestações em praças e feiras onde serão distribuídos informativos sobre a importância deste dia. A TV Câmara entrará ao vivo da Torre de TV de Brasília durante manifestação de estudantes de comunicação, que estarão inaugurando uma rádio onde serão feitas enquetes com a população.

A idéia principal deste dia é resgatar o respeito aos direitos humanos na programação de TV que nunca viu tanta violência na televisão como nos dias atuais. O povo brasileiro tem presenciado, na maioria dos programas, a incitação ao crime; a discriminação por raça, sexo e orientação sexual; a prévia condenação de meros suspeitos; e a exploração sensacionalista da miséria humana.

A Campanha, que prega uma cultura de paz, estará propondo às redes que estão unidas em torno deste tema, que discutam o assunto e incentivem a participação de toda a sociedade. Durante a semana do dia 17, a população também poderá denunciar ao **0800619619**, casos de desrespeito aos direitos humanos na programação de televisão.

Informações:

Janete Lemos – (61) 216-8572 / 9974-0354

Mortalidade infantil: Brasil deve cumprir meta, mas continua com o desafio de reduzir disparidades entre estados e regiões



Todo ano, aproximadamente 11 milhões de meninos e meninas morrem antes de completar cinco anos, por causas que poderiam ser evitadas com intervenções simples e de baixo custo. Em 1990, o mundo inteiro se comprometeu a reduzir a taxa de mortalidade de crianças nessa faixa etária em dois terços até 2015. No entanto, o relatório “Progresso para as Crianças”, lançado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) no último dia 7, em Nova Iorque, mostra que o progresso lento na maioria dos países deixa o planeta longe de alcançar a meta.

O estudo apresenta dados sobre a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos em todos os países do mundo e as tendências de desenvolvimento de 1990 para 2002. A pesquisa mostra que, se os países continuarem nesse ritmo, o índice deve diminuir em, no máximo, um quarto até 2015. Enquanto 90 países se encontram no caminho certo para atingir a meta, outros 98 ainda têm uma longa trilha a percorrer.

“O direito à sobrevivência é a primeira medida de igualdade, oportunidade e liberdade para uma criança. É inacreditável que nessa era de maravilhas da medicina e tecnologia, a sobrevivência de crianças seja tão frágil em tantos lugares, especialmente para os pobres e marginalizados. Nós podemos fazer melhor”, afirmou a diretora executiva do Unicef, Carol Bellamy, durante o lançamento do relatório.

Brasil - Na América Latina e no Caribe, o progresso nos últimos 40 anos foi substancial. Em 1960, a taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos era de 153 por mil. Atualmente, a média da região é de 34 por mil. No Brasil, a meta deve ser cumprida. Desde 1990, o ritmo de redução da mortalidade na primeira infância tem sido de aproximadamente 4,3% ao ano. Até 2015, o País deve conseguir reduzir a taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos para 20 por mil nascidos vivos. Embora o relatório Progresso para as Crianças trabalhe com dados do ano 2000, o Brasil já conta com informações mais atuais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa em 2002 era de 33,7 por nascidos vivos.

“Nosso maior desafio, no Brasil, é reduzir a distância entre as taxas entre Estados e regiões. No Nordeste, por exemplo, a taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos em 2000 era de 50,9. Já na região Sul, morriam 22 meninos e meninas nessa faixa etária. Se olharmos para os Estados, a situação é ainda mais alarmante. Precisamos rapidamente mudar essa situação, pois todas as crianças tem o direito à vida, independentemente do lugar onde vivem”, explica Josefa Marrato, representante adjunta do Unicef.

Informações:

Adriana Alvarenga: (61) 3035-1965

Flávia Ribas: (61) 3035-1951

EXPEDIENTE:

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil e tem por missão: garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) é parceiro desta iniciativa

SECRETARIADO NACIONAL:

Vicente Falqueto – Secretário Nacional (UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino – Marista), Maria de Lourdes Rodrigues – Secretária Adjunta (**Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças**), Maria Natércia Leath Cunha – Secretária de Finanças (CFP - Conselho Federal de Psicologia), Tiana Sento-Sê – Secretária de Articulação (IBISS – Instituto Brasileiro de Inovações Sociais)

Suplência:

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Conselho Fiscal:

Amencar/RS, Inesc e Pastoral do Menor. Suplentes: CGT e Cecria

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA:

SAS Quadra 05 – Bloco N – Lote 01 – sala 218 – 70.070-913 - (61) 323-6992 ou 322-6444 – forumdca@forumdca.org.br – www.forumdca.org.br

Assessoria de Comunicação Social:

Luis Cláudio Alves – (61) 323-6992 / 9982-8367 – comunicacao@forumdca.org.br

